

## **NOTA DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONTRA A PEC 13/21**

Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 13/21, que autoriza os entes federados a descumprirem o investimento mínimo em educação no exercício financeiro de 2020 tendo como justificativa “o desequilíbrio fiscal ocasionado pela pandemia da Covid-19”. A PEC 13/21 foi aprovada pelo plenário do Senado Federal e foi encaminhada à Câmara Federal para ser apreciada.

Esta proposição afeta diretamente o Art. 212 da Constituição Federal (CF), que trata do financiamento da educação e da responsabilidade dos diferentes entes federados e seus agentes responsáveis pois estes deixam de ser responsabilizados pelo descumprimento dos percentuais mínimos para a educação do referido Artigo no período estabelecido.

É preciso atentar primeiramente que em diversas ocasiões governantes adotam políticas fiscais que proporcionam diminuição de arrecadação em prol de segmentos econômicos e sociais reduzindo a massa orçamentária.

Para efeito de exemplo, em análise do Ministério Público de Contas (MPC) relativo às contas do Governo paulista de 2019, este órgão verificou a perda de R\$ 23,1 bilhões referentes a isenção de benefícios fiscais às áreas econômicas. Em estimativa o Estado de São Paulo deixaria de arrecadar cerca de R\$ 191 bilhões de impostos em valores nominais até 2023, dos quais quase 30% se devem aplicar em educação básica e superior públicas. É preciso denunciar o verdadeiro processo de desinvestimento que vem ocorrendo com a educação pública brasileira colocando em perigo o futuro, não apenas da escola pública, mas do próprio país ao retirar a possibilidade de melhoria social pelas parcelas mais carentes da sociedade.

Outro aspecto a ser destacado é que apesar da crise de pandemia que vivenciamos do segundo bimestre de 2020 até agora, o estado de São Paulo não sofreu tão grave decréscimo de receita de impostos; antes teve um aumento de arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) de 20,7% no primeiro semestre de 2021 em relação ao primeiro semestre de 2020.

Vale lembrar que a proposição de flexibilização dos “gastos” da educação e saúde já vem sendo objeto de iniciativas anteriores e, devido a pressão da sociedade, tem sido barrada até o presente momento.

Neste sentido o Fórum Estadual de Educação do Estado de São Paulo (FEESP) vem expressar sua total discordância em relação à PEC 13/21 por colocar em risco a possibilidade de um futuro melhor para milhões de brasileiros ao reduzir os investimentos em educação e aprofundar o abismo social e educacional em nossa sociedade.

O FEESP entende que o caminho para superação da atual crise e recuperação da economia e da sociedade com justiça social só será possível com políticas públicas que valorizem a educação pública e espera que os deputados federais do estado de São Paulo adotem uma posição de responsabilidade social e rejeitem esta PEC.

Finalmente, o FEESP conclama que as entidades que compõem este coletivo pressionem os deputados federais do estado de São Paulo, assim como os(as) seus associados tendo em vista o risco de aprovação desta PEC e de suas consequências nefastas.



Leandro Alves Oliveira  
Coordenador do FEESP